

Ementa

Desde o início do processo de redemocratização ainda em fins dos anos 1970 até a atualidade, os países da América Latina vêm experimentando um movimento no sentido da descentralização ou da desconcentração de autoridade política e competências dos níveis centrais de governo em direção às subunidades políticas de nível intermediário (estados, departamentos, províncias) e de nível municipal, local e comunal. Estes processos, que ocorreram em grau e ritmos diferenciados, se orientaram, sobretudo, por dois objetivos: em primeiro lugar, voltaram-se para ampliar a eficácia na alocação de recursos e na prestação de serviços públicos para os cidadãos (em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas agências internacionais comprometidas com a liberalização e as reformas liberais na região) e, em segundo, para democratizar as instituições políticas e o processo de produção de políticas públicas com vistas a aperfeiçoar as condições para a vocalização das preferências dos eleitores e seu controle sobre as autoridades públicas. Um grande volume de estudos foi produzido com o objetivo de avaliar estes processos de descentralização e desconcentração quanto ao seu alcance, objetivos, limites e principais resultados.

Esta disciplina pretende abordar alguns destes estudos – abrangendo as análises teóricas e empíricas sobre federalismo, descentralização, representação e poder local na América Latina – em perspectiva comparada. Considerando que é no nível local que os cidadãos vivenciam suas primeiras e mais significativas experiências com os órgãos e as autoridades públicas, uma maior compreensão sobre a representação política local é um passo fundamental para a avaliação do funcionamento e do desempenho da democracia na região. Além disso, os processos de descentralização, em vários países, tiveram como efeito descortinar novas dinâmicas de participação e de mobilização social e popular no nível local com potencial para reestruturar as relações de poder e ampliar a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como as minorias étnicas nos países andinos. Portanto, trata-se de um tema crucial para as ainda jovens democracias latino-americanas. Com isso, a disciplina espera contribuir para ampliar o conhecimento dos estudantes sobre o tema e colocar à sua disposição ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas com as quais poderão identificar semelhanças e diferenças entre os países e singularidades em termos de sua trajetória no caminho da descentralização.

O programa estrutura-se em três unidades. A primeira destina-se a um tratamento conceitual do federalismo e do que os especialistas designam como descentralização e desconcentração de autoridade e competências. Ainda na primeira unidade, incluímos estudos de caráter metodológico que discutem as vantagens do deslocamento do foco no nível nacional para o nível subnacional e as implicações da mudança de escala. A segunda unidade privilegia os estudos que

analisam o processo de descentralização na América Latina, de modo geral, e, para tanto, nos valem de coletâneas e relatórios que avaliam o processo, seus condicionantes e resultados. Na terceira e última unidade, nos voltamos para a análise de alguns casos e para estudos comparados que abordam o tema a partir de enfoques diferenciados.